



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7d8e173aaca3

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 002/2026

Contrato Administrativo, que entre si celebram, a Câmara Municipal de Barra, e a empresa **EDILTON DE SOUZA RAMOS - ME**, na forma e pelo prazo que especifica por força e observância ao que consta no Processo Administrativo nº 005/2026, Dispensa de Licitação nº 004/2026, que deu origem ao presente contrato.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA - BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita junto ao CNPJ/MF nº 13.222.534/0001-04, situada na Rua dos Marianis, nº 1836, Centro, neste município, aqui representado por seu Presidente Municipal, o Sr. **Pedro Caldeira Ramos**, portador do CPF sob o Nº 570.058.935-49, e da Carteira de Identidade RG nº. 05.040.455-55 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **EDILTON DE SOUZA RAMOS - ME**, inscrita no CNPJ nº 63.224.576/0001-52, com sede na Rua da Santa Cruz, nº 276 – Alto da Santa Cruz – Barra - Bahia, aqui representado pelo seu Representante Legal, o senhor **Edilton de Souza Ramos**, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 018.546.565-03, residente e domiciliado na Rua da Santa Cruz, nº 276 – Alto da Santa Cruz – Barra - Bahia, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, com base nas disposições da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições seguintes.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do Processo Administrativo nº. 005/2026 e Dispensa de Licitação nº 004/2026, no qual se justifica a Dispensa de procedimento licitatório, com fulcro no Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, atualizado pelo Decreto Federal Nº 12.807/2025, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato, a **Contratação de empresa para a prestação de serviços de Lavagem automotiva em veículos oficiais pertencentes à Frota desta Casa Legislativa, conforme demais especificações e quantitativos expostos no TR – Termo de Referência, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Barra, estado da Bahia para o exercício de 2026.**

1.2. A Proposta de Preços apresentada pela contratada e o Presente Termo de Referência são partes integrantes deste Contrato Administrativo.

VEICULO	COR	PLACA	RENAVAM	FAB/MOD
HONDA / CG 150 TITAN ES	PRATA	JRT 0045	991617827	2008/2008
FIAT / PALIO ELX FLEX	PRATA	JRT0200	991739531	2008/2009
FIAT / MOBI LIKE FLEX	BRANCA	PLX 1F66	1207332833	2019/2020
FIAT / MOBI LIKE FLEX	BRANCA	PLX 1D39	1207328763	2019/2020
TOYOTA / HILUX CDLOW4FD DIESEL	BRANCA	PLW 8E59	1203042865	2019/2020
CHEVROLET S10 LT DD40 DIESEL	PRATA	QTW 0D37	1219582520	2019/2020
CHEVROLET S10 LT DD40 DIESEL	BRANCA	RCY 6J27	1249332718	2020/2020



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc. 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7d6e173a3aea3

FIAT / TORO END TURB AT6 FLEX	BRANCA	RPH5J68	1317641300	2022/2022
FIAT / TORO FREEDOM FLEX	PRATA	RPH5I10	1317630103	2022/2023
HYUNDAI CRETA CONFORT 1.0 TGDI 25/26	BRANCO	TGZ9H39	1451337792	2025/2026
HYUNDAI CRETA CONFORT 1.0 TGDI 25/26	BRANCO	TGZ6F11	1451211420	2025/2026
FIAT MOBI LIKE 2026	BRANCO	TMN2G92	1473789564	2025/2026

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os Serviços deverão ser prestados após a Assinatura do Contrato Administrativo, e conforme todas as especificações constantes no TR – Termo de Referência.

2.2. A Execução será de acordo as orientações da Câmara Municipal de Barra, e tudo em conformidade aos serviços apresentados na Proposta de Preços.

2.3. A Contratada é o responsável exclusivo, cível e criminalmente, por eventuais danos que venha a causar ao Legislativo.

2.4. Os serviços a serem contratados deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Lavagem externa (lataria, vidros, rodas e pneus);
- b) Lavagem interna (aspiração de carpetes e bancos, limpeza do painel e forros de porta);
- c) Utilização de produtos biodegradáveis e equipamentos adequados para evitar danos aos veículos;

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. O Valor Total do Contrato será de **R\$: 31.600,00 (Trinta e um mil e seiscentos reais)** a ser pago de forma parcelada conforme a execução dos serviços prestados e tabela abaixo.

LOTE 01 - LAVAGEM DE VEÍCULOS						
Item	Discriminação	Tipo de Veículo	Qtde.	Unid.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Prestação de serviços de lavagem automotiva completa (externa e, quando aplicável, interna básica).	Motocicleta	40	Lavagem	15,00	600,00
02	SERVIÇOS DE LAVAGEM SIMPLES: - Lavagem e limpeza da parte externa do veículo com uso de produtos apropriados; - Aspiração e limpeza da parte interna do veículo com uso de produtos apropriados; - Aplicação de pretinho nos pneus.	Veículo Leve / Pequeno Porte	200	Lavagem	50,00	10.000,00
03	SERVIÇOS DE LAVAGEM SIMPLES: - Lavagem e limpeza da	Caminhonete / Veículo Médio Porte	350	Lavagem	60,00	21.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7d6e173aaca3

parte externa do veículo com uso de produtos apropriados; - Aspiração e limpeza da parte interna do veículo com uso de produtos apropriados; - Aplicação de pretinho nos pneus.					
Valor Total Estimado					R\$: 31.600,00

§ 2º - Nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do Mês subsequente, a partir da entrega da nota fiscal/fatura, especificando o objeto do contrato, com as respectivas quantidades, devidamente certificado pelo fiscal do instrumento, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos válidas na data da Nota Fiscal. Caso a contratada não apresente as certidões negativas de débitos válidas junto a Nota Fiscal, a contratante não reterá o pagamento, porém estará sujeita a aplicar sanções à contratada por estar deixando de cumprir os requisitos de habilitação da Presente Dispensa de Licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de irregularidade(s) na execução, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência do contrato será **até 31/12/2026, ou até a execução total, o que primeiro ocorrer, a contar da data de sua assinatura.**

4.2. Este prazo poderá ser prorrogado conforme Artigo 107 da Lei Nº 14.133/2021 a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades. A prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, conforme a seguir:

ORGÃO: 01.01.01	FONTE	CÂMARA MUNICIPAL
PROJ/ATIV: 2.001	1.500.0000	Gestão das ações do Poder Legislativo
ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA.	

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

6.1. O licitante proponente que deixar de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, ficará sujeito ainda às seguintes sanções:

a) Advertência;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 2008e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7d8e173a8ea3

- b) Multa de até 10% (Dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo de perdas e danos e da multa moratória cabíveis;
- c) Suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o Legislativo pelo prazo de 12 (doze) meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição.
- e) As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas às empresas que, em outras contratações com a administração pública de qualquer nível federativo, ou com suas entidades paraestatais já tenham sofrido punição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua Extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

I) no final do prazo estipulado na **Cláusula Quarta**, desde que não tenha ocorrido prorrogação;

II) se alguma das partes der motivo para tal, conforme previsto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Primeiro – Extinção Unilateral por parte do CONTRATANTE – Ficará o presente Contrato Extinto mediante formalização, assegurada à ampla defesa e o contraditório, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- c) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- d) Subcontratação parcial sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- e) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- f) Decretação de falência ou dissolução da Sociedade;
- g) Modificação na sociedade, admissão de gerentes, diretores ou administradores ou outras alterações que configurem transgressão às vedações previstas nas legislações e normativos vigentes;

7.2. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Cumprir com as Obrigações constantes no TR – Termo de Referência.

8.2. Fornecer o objeto nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta de preços;

8.3. Colocar à disposição do Legislativo, os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7dbe173aaca3

8.4. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal, sendo firmado através de Termo Aditivo;

8.5. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

8.6. A Contratada responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados à CONTRATANTE e/ou à terceiros;

8.7. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

8.8. Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela ordem e qualidade dos Materiais;

8.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, em decorrência da execução do presente CONTRATO, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título;

8.10. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.

8.11. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Obrigações constantes no TR – Termo de Referência.

9.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que forem solicitadas pela CONTRATADA;

9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

9.4. Efetuar o pagamento na forma e condições pactuadas;

9.5. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

9.6. Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;

9.7. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. O presente contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7dbe173a0a3

11.1. A execução do presente contrato será fiscalizada pelo Senhor **Joselito da Silva Landim**, designada pela Portaria Nº 051/2025.

11.2. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio desta Casa Legislativa, na forma que lhe convier;

11.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente;

11.4. Caberá ao servidor designado exercer a fiscalização do presente contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;

11.5. A presença da fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA;

11.6. A fiscalização das especificações para execução dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

13.1. Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo;

13.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento;

13.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Serão partes integrantes deste contrato:

a) Proposta de Preços da CONTRATADA;

b) Autos do Processo Administrativo nº 005/2026 e Dispensa de Licitação Nº 004/2026.

14.2. Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito;

14.3. Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 20085e26 - Doc: 8 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 02/03/2026 17:23:14
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 29388731-825a-4c6a-bcab-7dbe173aaca3

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

15.1. A CONTRATANTE deverá fornecer o objeto contratado de acordo com as presentes cláusulas contratual, especificações e recomendações do Termo de Referência insertos nos autos do Processo Administrativo nº 005/2026, que culminou na Dispensa de Licitação nº 004/2026;

15.2. O regime de execução será empreitada por Preço Global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente contrato, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Barra – BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, nos termos da legislação vigente e específica para isso, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que subscrevem depois de lido e achadas conforme.

Barra – Bahia, 19 de janeiro de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA
Pedro Caldeira Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Barra
Contratante

EDILTON DE SOUZA RAMOS - ME

Edilton de Souza Ramos
CPF: 018.546.565-03
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF: 082.582.775-29

Nome:

CPF: 07484233532